



# RELATÓRIO & CONTAS 2017



## RELATÓRIO & CONTAS 2017

Golden Broker - Sociedade Corretora, S.A.  
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto  
NIPC/C.R.P. Porto 506 396 878  
Capital Social 350.000 Euro

---

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---



GOLDEN BROKER  
SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

### *Introdução*

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”), as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

---



# ÍNDICE



**01**

**1. MENSAGEM CEO**

**02**

**2. ENVOLVENTE  
MACROECONÓMICA**

**03**

**3. GOVERNANCE**

**04**

**4. ATIVIDADE**

**05**

**5. ORGÃOS SOCIAIS**

**06**

**6. PERSPETIVAS**

**07**

**7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO  
DE RESULTADOS**

**08**

**8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**09**

**9. DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

## 1. MENSAGEM CEO

---

**António Nunes da Silva**  
Presidente do Conselho  
de Administração  
*Chief Executive Officer*



“

SABEMOS QUE, NUM MUNDO DE RÁPIDA MUDANÇA, SÓ SE DISTINGUE QUEM TEM A CAPACIDADE DE INTERPRETAR O PRESENTE PARA ESTAR MELHOR PREPARADO PARA O FUTURO. HOJE, MAIS DO QUE NUNCA, TAMBÉM SABEMOS QUE NÃO BASTA TER A EXPERTISE NA GESTÃO DO PATRIMÓNIO. A ELA QUISEMOS JUNTAR A PAIXÃO EM FAZER A DIFERENÇA PARA TER UM IMPACTO POSITIVO NA VIDA DOS NOSSOS CLIENTES. POR ISSO, DECIDIMOS ADOTAR UMA NOVA IMAGEM, AGREGANDO TODA A NOSSA PROPOSTA DE VALOR, COM A ASSINATURA “*Comprometidos Consigo*”.

”

---

O ano de 2017 foi um ano notável para os nossos clientes e para a Golden.

Crescemos 22% no total de ativos sob acompanhamento face a 2016, com crescimento registado em todas as linhas de negócio (Financial Advising, Asset Management e Brokerage).

Orgulhamo-nos das rentabilidades que conseguimos para os nossos clientes, mas, mais do que isso, registamos com agrado o aumento no seu grau de satisfação, que muito nos honra e que reforça o compromisso que, com eles, assumimos.

Admitimos 15 novos colaboradores, continuamos a investir em formação e conhecimento, preparando assim, a equipa para os desafios de 2018. Aceitamos ainda o convite de integrarmos o grupo de membros fundadores da Fundação de Serralves, parceria em que acreditamos poder contribuir positivamente na intervenção cultural, educacional e apoio social. Com a assinatura desta parceria, pretendemos participar na atividade da Fundação Serralves e contribuir para a continuidade de um projeto ambicioso, cuja ação é reconhecida nacional e internacionalmente.

Sabemos que, num mundo de rápida mudança, só se distingue quem tem a capacidade de interpretar o presente para estar melhor preparado para o futuro. Hoje, mais do que nunca, também sabemos que não basta ter a expertise na gestão do património. A ela quisemos juntar a paixão em fazer a diferença para ter um impacto positivo na vida dos nossos clientes. Por isso, decidimos adotar uma nova imagem, agregando toda a nossa proposta de valor, com a assinatura **“Comprometidos Consigo”**.

Mais do que um símbolo renovado, esta nova assinatura marca a nossa evolução e vontade em criar real valor para aqueles que nos procuram.

---

## 2. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA



“

O ANO AGORA TERMINADO FOI PARTICULARMENTE BENIGNO PARA A GENERALIDADE DOS INVESTIDORES, SURPREENDENDO (PELA POSITIVA) MUITOS GESTORES E ANALISTAS QUE, NO SEU INÍCIO, PREVIAVAM QUE 2017 SERIA UM ANO TUMULTUOSO E DIFÍCIL.

ESSA NUNCA FOI A VISÃO DA GOLDEN, CUJO COMITÉ, NÃO IGNORANDO AS SITUAÇÕES DE RISCO, SEMPRE MANTEVE UMA VISÃO CAUTELOSAMENTE OTIMISTA PARA A EVOLUÇÃO GERAL DOS MERCADOS FINANCEIROS.

”

**Sérgio Silva**  
Administrador  
*Chief Investment Officer*

### MACROECONOMIA

O ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, surpreendendo (pela positiva) muitos gestores e analistas que, no seu início, previam que 2017 seria um ano tumultuoso e difícil. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité, não ignorando as situações de risco, sempre manteve uma visão cautelosamente otimista para a evolução geral dos mercados financeiros. Para o bom desempenho agregado dos mercados no computo do ano contribuíram múltiplos fatores económicos, políticos e financeiros. Relativamente aos fatores económicos, a atividade global registou a melhor performance desde inícios da década com destaque para as economias da Zona Euro, com os principais indicadores de atividade e confiança em níveis que sustentam um ritmo de crescimento muito positivo. A Zona Euro continuou assim a recuperar o atraso (que foi gerado pela crise das dívidas soberanas), no ciclo económico

em curso face aos EUA. Em termos políticos, assistiu-se a uma transposição com sucesso de um ciclo eleitoral intenso na Europa e, apesar de todas as controvérsias, a um não desgoverno da administração Trump nos EUA. Já do ponto de vista dos fatores financeiros, os principais bancos centrais mundiais continuaram num processo gradual de redução dos estímulos monetários à escala global, mas conseguindo manter um ténue equilíbrio entre o controle da inflação e a promoção / não penalização do ritmo de crescimento da atividade económica.

Na Europa, dos vários principais atos eleitorais (Holanda, França e Alemanha), emergiram resultados positivos, com o eleitorado (já colhendo os benefícios do incremento da atividade económica, com uma descida do desemprego e recuperação dos salários) a adotar, claramente uma postura menos crítica relativamente aos partidos do sistema e ao status quo. Note-

se que o desemprego apresentou ao longo de todo o ano uma tendência de queda sustentada e fixar-se-ia em dezembro, na Zona Euro, nos 8.8%, o nível mais reduzido desde janeiro de 2009, beneficiando de um crescimento do PIB em termos reais em torno dos 2.5%. Mas, nem tudo foram boas notícias no continente europeu: a economia do Reino Unido, embora não colapsando, continuou assombrada pelos receios em torno do processo de saída da União Europeia pois, apesar de alguns avanços nas negociações, mantém-se uma grande indefinição sobre as condições em que se processará a saída no fim de março de 2019; e na Catalunha, foi vivido um outono muito turbulento devido à pressão política das forças pró-independência, o que afetou negativamente o clima de negócios na região e, conseqüentemente, afetou negativamente a performance da economia espanhola como um todo. Embora esta situação tenha, entretanto, acalmado, a situação está longe de concluída e encerrada e persistem muitas dúvidas sobre qual será a solução para o governo da Generalitat.

Nos Estados Unidos, o primeiro ano da Administração Trump ficou marcado, tal como já referido, por polémicas sucessivas, mas sem beliscar o desempenho da economia que terminou o ano com um panorama global positivo e com empresários e consumidores a apresentar índices de confiança máximos deste (longo) ciclo económico e com as bolsas a registar máximos históricos sucessivos. O ano terminou com uma grande vitória política para Trump: a aprovação no Congresso e no Senado da muito prometida reforma fiscal (o Tax Cuts and Jobs Act of 2017), que proporcionará, no imediato, a mais importante descida de impostos dos últimos 30 anos.

Por fim, uma nota para a Ásia, onde no Japão a economia interna se mantém entorpecida e pouco vibrante (o consumo permanece incipiente e a inflação continua a ser ilusória), mas logrando acumular o mais longo período de crescimento em cerca de duas décadas beneficiando de um dinamismo forte da componente exportadora enquanto, na China, realizou-se o 19º congresso do Partido Comunista Chinês que veio reforçar a ambição das

autoridades de Pequim de transformar o país de potencia regional numa verdadeira potencia global, que poderá ombrear com os EUA.

No que diz respeito a política monetária, assistimos a uma gradual continuação da rotação do posicionamento dos principais bancos centrais em direção a taxas de juro mais elevadas e o fim / redução dos programas não convencionais de estímulo monetário (quantitative easing). Neste enquadramento, o comité de política monetária do BCE manteve, ao longo do ano, uma retórica muito complacente, com Mário Draghi a defender reiteradamente que os juros se “irão manter nos níveis atuais por um período de tempo extenso” na zona euro. Entretanto, o programa de compras mensais de ativos de dívida pelo BCE foi estendido até setembro de 2018, embora a um ritmo mensal substancialmente inferior ao de 2017, mas podendo ultrapassar esse horizonte temporal “se necessário”. Já nos EUA, a Reserva Federal reuniu em dezembro e, como era esperado (e pela 3ª vez no ano), anunciou a subida da sua taxa diretora em 25 pontos básicos, para um intervalo entre 1.25% e 1.50%. Já o Banco Central do Japão (BoJ) manteve, ao longo de todo o ano de 2017, uma política monetária ultra expansionista e sem limitações (de montantes ou tempo). Contudo, as atas da última reunião do BoJ de dezembro já revelam que alguns membros do comité de política monetária começam a mostrar um maior otimismo para o desempenho futuro da economia nipónica e uma maior disponibilidade para lançar o debate sobre um eventual aumento dos juros ou a redução das compras de ativos em resposta à melhoria do cenário macro (particularmente um eventual fim nas operações de compra de Exchange Traded Funds - ETFs de ações).

Em 2017, a economia portuguesa continuou a colher os benefícios de um enquadramento externo favorável, nomeadamente do atual ciclo de expansão económica experienciado pela generalidade dos países da zona euro, bloco onde se encontram os nossos principais parceiros comerciais. As condições monetárias e financeiras, promovidas pelo Banco Central Europeu, também favoreceram uma expansão pronunciada

da atividade económica doméstica que também beneficiou do processo de gradual reposição do poder de compra às famílias após o forte aperto fiscal de 2014-2015. A economia nacional continua também a registar um forte e crescente excedente na sua balança de serviços, fruto do grande dinamismo do setor do turismo. O ano foi ainda marcado por um continuar da consolidação das finanças públicas, que beneficiaram de uma maior arrecadação de impostos decorrente da recuperação da atividade económica a par do recurso a medidas extraordinárias de consolidação, o que tudo indica permitirá que o défice orçamental (que ainda não foi divulgado) deva ter atingido um novo valor mínimo em democracia e, com elevada probabilidade, abaixo dos 1.4%, a meta definida com Bruxelas. Em 2017 o PIB português deverá ter avançado 2.6% ultrapassando largamente os 1.8% previstos pelo Banco de Portugal há cerca de um ano, confirmando que a economia nacional se encontra na sua melhor fase de crescimento de cerca de uma

década. As projeções do Banco de Portugal para a economia nacional para 2018 e 2019 são agora também bem mais ambiciosas do que eram apresentadas há um ano atrás, com os valores a serem agora de 2.3% e 1.9%, contra 1.7% e 1.6% respetivamente, pelo que já durante o presente ano o PIB português deverá regressar ao nível que ostentava em 2008, antes da crise financeira internacional, antecipando o prazo de recuperação em mais de 1 ano. Note-se ainda que as taxas de crescimento projetadas para a economia nacional nos próximos anos são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e próximo da média da área do euro, o que a materializar-se significará uma convergência real per capita (num contexto de redução da nossa população), embora ligeira, da economia portuguesa face à média europeia. Esta recuperação, embora bem-vinda, será insuficiente para compensar a divergência acumulada nos últimos 5 anos.



**Projeções do Banco de Portugal: 2017-2020** | taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	Projeção Dezembro 2017					BE Outubro 2017	BE Junho 2017		
		2016	2017 <sup>(p)</sup>	2018 <sup>(p)</sup>	2019 <sup>(p)</sup>	2020 <sup>(p)</sup>	2017 <sup>(p)</sup>	2017 <sup>(p)</sup>	2018 <sup>(p)</sup>	2019 <sup>(p)</sup>
<b>Produto interno bruto</b>	<b>100</b>	<b>1,5</b>	<b>2,6</b>	<b>2,3</b>	<b>1,9</b>	<b>1,7</b>	<b>2,5</b>	<b>2,5</b>	<b>2,0</b>	<b>1,8</b>
Consumo privado	66	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7	1,9	2,3	1,7	1,7
Consumo público	18	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Formação bruta de capital fixo	15	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4	8,0	8,8	5,3	5,5
Procura interna	99	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	40	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1	7,1	9,6	6,8	4,8
Importações	39	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8	6,9	9,5	6,9	5,2
<b>Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.)<sup>(a)</sup></b>										
Procura interna		0,7	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8
Exportações		0,9	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,8	1,2	0,9
<b>Emprego<sup>(b)</sup></b>										
Taxa de desemprego (em% da população ativa)		1,6	3,1	1,6	1,3	0,9	3,1	2,4	1,3	1,3
		11,1	8,9	7,8	6,7	6,1	9,0	9,4	8,2	7,0
<b>Balança corrente e de capital (% PIB)</b>										
		1,7	1,5	2,3	2,2	2,2	1,8	1,8	2,4	2,4
		2,2	1,8	1,6	1,6	1,5	1,7	1,7	2,2	2,0
<b>Índice harmonizado de preços no consumidor</b>										
		0,6	1,6	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,5

Fonte: Banco de Portugal, "Boletim Económico - Dezembro de 2017"

Assim, cerca de uma década passada desde o início de uma das maiores crises financeiras da história moderna, os níveis de confiança de empresários e consumidores dos principais blocos económicos mundiais avançam agora de forma vigorosa e sincronizada. Globalmente as perspetivas económicas para os próximos trimestres são claramente muito positivas, com instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar que o crescimento económico real global permanecerá forte, próximo dos 4%/ano em 2018 e 2019. Não podemos, contudo, ignorar as muitas "nuvens" que pairam no horizonte: os riscos geopolíticos (Coreia

do Norte, Médio Oriente, etc.); os riscos políticos que persistem na Europa (eleições gerais na Itália já no 1º trimestre do ano e todas as incertezas associadas ao Brexit e à Catalunha) e nos EUA (qual a direção futura da Administração Trump); os elevados níveis de endividamento do sistema de shadow banking na China; ou, num aspeto particularmente relevante para Portugal, qual o impacto da esperada redução do estímulo monetário, pelo Banco Central Europeu num contexto de persistência do excessivo endividamento do Estado, das empresas e das famílias.

## MERCADOS FINANCEIROS

Como já foi referido, o ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, contrariando muitas das previsões mais catastrofistas, que no início de 2017 previam que a zona euro viveria tempos difíceis, ao longo do ano correndo mesmo o risco do desagregamento (na sequência do Brexit) e que nos EUA, a Presidência Trump e a sua retórica anti emigração e anti livre comércio externo, provocaria graves danos na atividade económica e ondas de choque nos mercados. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité de investimentos manteve uma atitude serena e otimista, o que permitiu proporcionar aos nossos investidores rentabilidades interessantes: +3.7% no perfil Moderado (com um peso de referência de 20% em ações), +5.8% no perfil Dinâmico (com um peso de referência de 37.5% em ações) e +8.1% no perfil Agressivo (com um peso de referência de 65% em ações).

Note-se que todas estas rentabilidades são já líquidas de todos os custos e comissões, nomeadamente das comissões de gestão. Estes ganhos foram possíveis por mérito das opções de posicionamento adotadas nas diferentes classes de ativos, bem como pela execução de diversos trades táticos, que nos permitiram uma otimização da apropriação do desempenho das diversas classes de ativos ao longo do ano.

O ano de 2017 foi marcado por uma extraordinária “ausência” de volatilidade nos mercados financeiros (acionistas, obrigacionistas e cambiais), com os investidores a revelar uma extraordinária resiliência (ou complacência?) a todos os eventos negativos com que foram confrontados ao longo dos meses. Assim, no seu cômputo global, o ano de 2017 acabou por se traduzir num desempenho positivo e quase imperturbável dos mercados acionistas globais.

Contudo, tal como ocorrera em 2016 verificaram-se pronunciadas divergências de performance quer ao nível geográfico

quer ao nível setorial. Enquanto os índices americanos e emergentes avançaram de forma sistemática e forte com o S&P 500 a acumular mais de 18% de ganhos e sem registar nenhum mês de variação negativa ao longo do ano, os mercados europeus sofreram muito maiores contrariedades e acabaram o ano com ganhos bem mais modestos. Nota ainda para o facto de nos mercados acionistas americanos ter sido registado um número recorde de dias em novos máximos históricos dos principais índices. A pior performance dos mercados acionistas europeus não deve ser dissociada do facto do ano ter sido também caracterizado por uma violenta depreciação do dólar norte-americano (USD), face à generalidade das principais divisas mundiais e particularmente contra o Euro.

### | Performance 2017 dos ETF's |

<b>OBRIGAÇÕES</b>	Euro Treasury	-0.02%
	Euro Corportate	2.20%
	Euro HY	4.81%
	Euro Local	0.46%
<b>AÇÕES</b>	MSCI World*	16.85%
	MSCI EM	21.41%
	S&P 500*	19.04%
	Euro Stoxx600	10.68%
	MSCI Japan*	18.75%
<b>COMMODITIES</b>	Commodities CRB	-12.39%
<b>ALTERNATIVOS</b>	Hedge Funds	2.49%

Performance Total Return dos ETF's dos respetivos índices em Euros (\*ETF's Euro Hedged)

O segmento obrigacionista viveu um ano bem mais amargo, particularmente desde o final do verão, com as taxas de juro na zona intermédia e longa das curvas de rendimento europeia e, principalmente, americana a subir, reagindo às melhores condições económicas, com um crescente

número de agentes de mercado a acreditar que o ciclo de quase três décadas de descida sistemática dos níveis de inflação e das taxas de juro nominais, encontrou finalmente o seu fim.

Mesmo com este repricing das curvas, as perdas foram, apesar de tudo, limitadas, mas as expectativas para 2018 são claramente desafiantes. Em 2018, o Banco Central Europeu deverá gradualmente dar os primeiros passos em direção à normalização da sua política monetária, reduzindo numa primeira fase e, provavelmente em setembro, pondo termo definitivamente ao seu programa mensal de compras de ativos financeiros (quantitative easing) e a FED deverá continuar a subir gradualmente as taxas diretas (provavelmente realizando mais 3 subidas de 25 pontos base ao longo do ano). Para além destes fatores, o mercado registou retornos positivos, mas, na reta final do ano, começou a mostrar-se algo receoso sobre a capacidade creditícia de alguns emitentes de pior qualidade, particularmente as entidades que nos últimos anos, usufruindo das taxas de juro extremamente baixas, enveredaram por políticas agressivas de alavancagem do seu balanço (financiando-se para promover planos de recompra de ações próprias e políticas de expansão por aquisições).

Nos Mercados Emergentes, poucas seriam as casas de investimento que acreditariam que esta classe apresentaria retornos tão fortes num contexto de estabilização (em USD) e correção (em Euros) dos preços das matérias-primas. O ETF de Mercados Emergentes encerrou o ano com um retorno positivo superior a 20%, dando visibilidade ao facto de, nos últimos anos, os mercados

acionistas emergentes terem sofrido uma profunda transformação qualitativa, sendo agora muito mais diversificados setorialmente e constando nos seus índices grandes empresas com presença e reconhecimento global.

Para 2018, na componente obrigacionista antecipámos o continuar da tendência para a subida das taxas de juro pelo que continuaremos a privilegiar um posicionamento mais defensivo com a manutenção das apostas em fundos com política de investimento mais dinâmica e adaptável a condições de mercado adversas e promovendo baixos níveis de exposição ao risco de taxa de juro (baixas durations). Na classe de ações, apesar da existência de múltiplos riscos (antecipáveis e imponderáveis), acreditamos que as perspetivas para 2018 são positivas: o crescimento económico global sincronizado a que temos assistido dará suporte à continuidade da tendência dos últimos trimestres de aumentos fortes das vendas e resultados das empresas; continuaremos a assistir a uma normalização das políticas monetárias dos bancos centrais mas, globalmente, a liquidez permanecerá abundante; e deveremos ter um forte impulso positivo do lado da política orçamental e fiscal nos EUA (redução de impostos e investimento em infraestruturas) e na Europa (gradual afastamento das políticas de austeridade). Contudo, já estamos numa fase avançada do movimento de subida dos mercados acionistas, situação que irá certamente trazer desafios adicionais e crescente volatilidade para as bolsas, o que exigirá uma monitorização constante e atenta das carteiras de gestão dos nossos clientes.

### 3. GOVERNANCE



“

OS PRINCÍPIOS E A ESTRUTURA DE GOVERNANCE IRÃO SER CADA VEZ MAIS ESCRUTINADOS PELOS CLIENTES COMO FATOR DE RELEVO NA SELEÇÃO DOS MELHORES PRESTADORES DE SERVIÇOS.

FALAR DE GOVERNANCE É FALAR DE UMA ATIVIDADE DE PERMANENTE VERIFICAÇÃO DA BOA E ADEQUADA APLICAÇÃO DESSES PRINCÍPIOS E ESTRUTURA A TODA A ORGANIZAÇÃO E A QUEM NELA COLABORA.

”

**João Correia de Matos**  
Administrador  
*Chief Legal Officer*

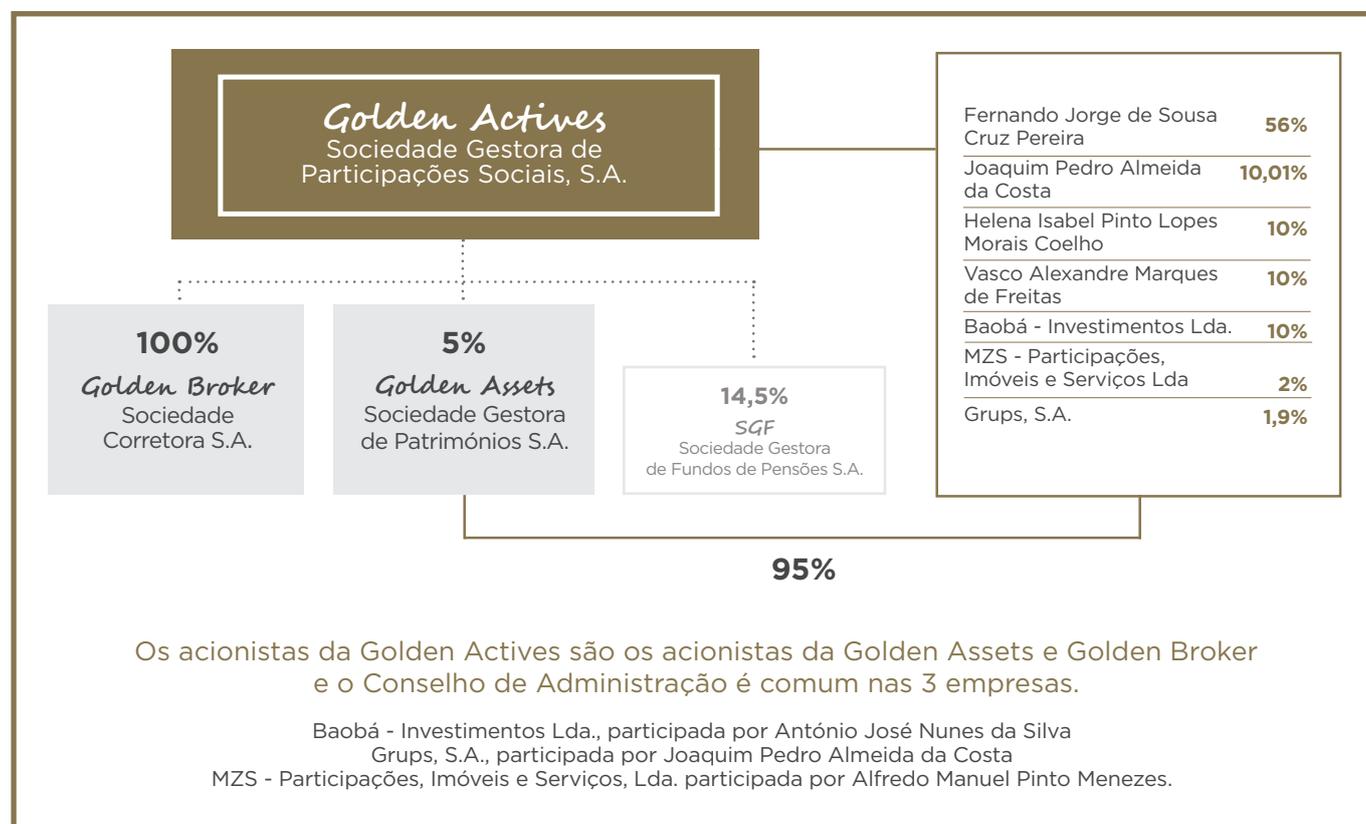
No âmbito do Governance (governo das sociedades), o ano de 2017 manteve a aplicação dos princípios e estrutura anteriormente implementados, procurando assegurar um relacionamento seguro, rigoroso e transparente com os clientes, em especial, e com todos aqueles que, em geral, contribuem para a atividade da sociedade, em simultâneo com o cumprimento dos deveres legais e regulamentares aplicáveis. A descrição do Governance, a seguir realizada, procura salientar as principais características da forma como a Golden está organizada e como se processa o

funcionamento dos seus principais órgãos societários, para que se possa avaliar o grau de independência e de adequabilidade de quem tem o dever de gerir a empresa, bem como o nível de exigência e formalismo no processo das tomadas de decisões sobre o investimento/desinvestimento. Ao mesmo tempo, esta descrição procura também evidenciar o cuidado em assegurar que as atividades da empresa se sujeitam ao escrutínio do Compliance e ao cumprimento dos deveres sobre a Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

#### **1. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO ACIONISTA, DIREITO DE VOTO, TRANSMISSÃO DE AÇÕES E REGULAÇÃO**

No setor financeiro, o grupo Golden é composto por três empresas: Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (“Golden Broker”) e Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (“Golden Assets”). A Golden Actives detém 100% do capital social da Golden Broker e 5% do capital social da Golden Assets, sendo que os restantes 95% do capital social desta última são detidos diretamente pelos acionistas da Golden Actives.

No quadro seguinte detalha-se a composição acionista da Golden:



Os acionistas da Golden Active são os acionistas de Golden Assets e Golden Broker e o Conselho de Administração é comum nas 3 empresas.

No âmbito da composição acionista de referir que, reportado a setembro de 2017 e no seguimento da não oposição pelo Banco de Portugal, o anterior acionista Alfredo Manuel Pinto Menezes alienou a totalidade das suas participações na Golden Active - SGPS, S.A. e na Golden Assets - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., à sociedade MZS - Participações, Imóveis e Serviços, Lda, da qual é o único beneficiário efetivo.

Enquanto a Golden Active funciona como holding e entidade consolidante, todas as atividades operacionais são realizadas pela Golden Assets, respetivamente consultoria e gestão de carteiras, e pela Golden Broker, respetivamente consultoria, gestão de carteiras, registo e depósito de valores mobiliários, receção, transmissão e execução de ordens por conta de terceiros. Quer a Golden Assets, quer a Golden Active, cada uma tem o capital social no valor de 500.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações nominativas tituladas ou escriturais, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação. A Golden Broker tem o capital social no valor de 350.000 euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 70.000 ações nominativas escriturais ou tituladas, tendo cada ação o valor nominal de 5 euros, todas com os mesmos direitos e deveres e não admitidas à negociação.

Não existem limites estatutários ao exercício de voto, sendo que, para a Golden Assets, a cada 100 ações é atribuído um voto e o titular deverá ter as ações averbadas em seu

nome. Igualmente não existem acordos parassociais que limitem o exercício de voto. No caso da Golden Broker e Golden Actives, a cada mil euros é atribuído um voto.

Quanto à transmissibilidade das ações, existe um direito de preferência estatutário pelos acionistas na situação de transmissão entre vivos, exceto se o transmitente ou transmissário for a própria sociedade. Este direito de preferência cessara, se e quando, a sociedade tiver o capital aberto a investimento público.

Não existem acordos parassociais que limitem a transmissibilidade de ações. Para efeitos do regime legal aplicável, a Golden Assets e a Golden Broker são consideradas sociedades financeiras e empresas de investimento, estando autorizadas, registadas e supervisionadas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”). A Golden Actives está igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

De acordo com a lei, a Golden Assets e a Golden Broker fazem parte do Sistema de Indemnização aos Investidores.

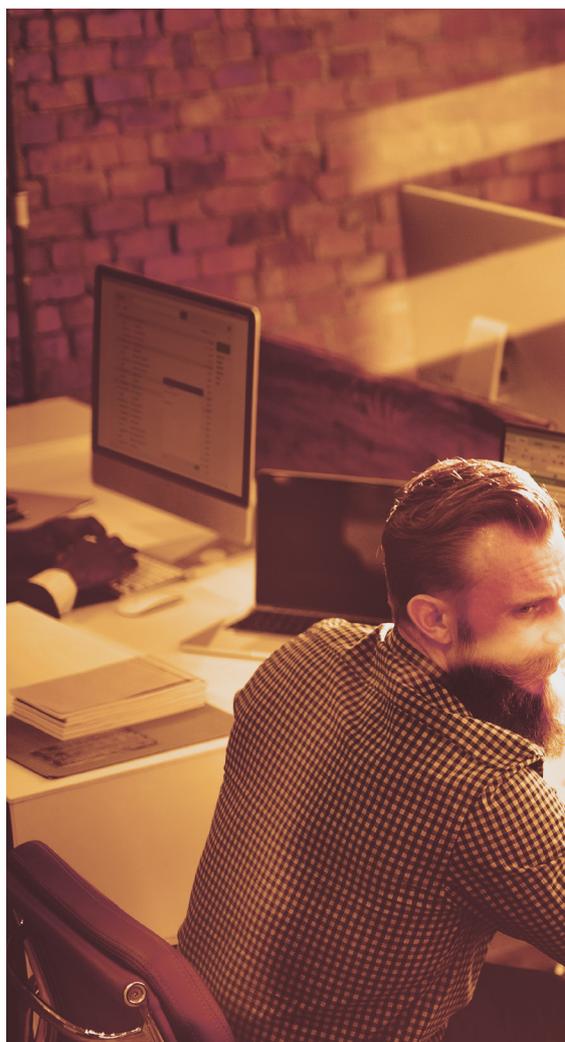
## 2. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES/COMITÉS

A Golden Actives, a Golden Assets e a Golden Broker têm como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso, a única alteração foi do Fiscal Único eleito para substituição do anterior, e que iniciou a sua atividade em abril de 2017

### 2.1 ASSEMBLEIA GERAL

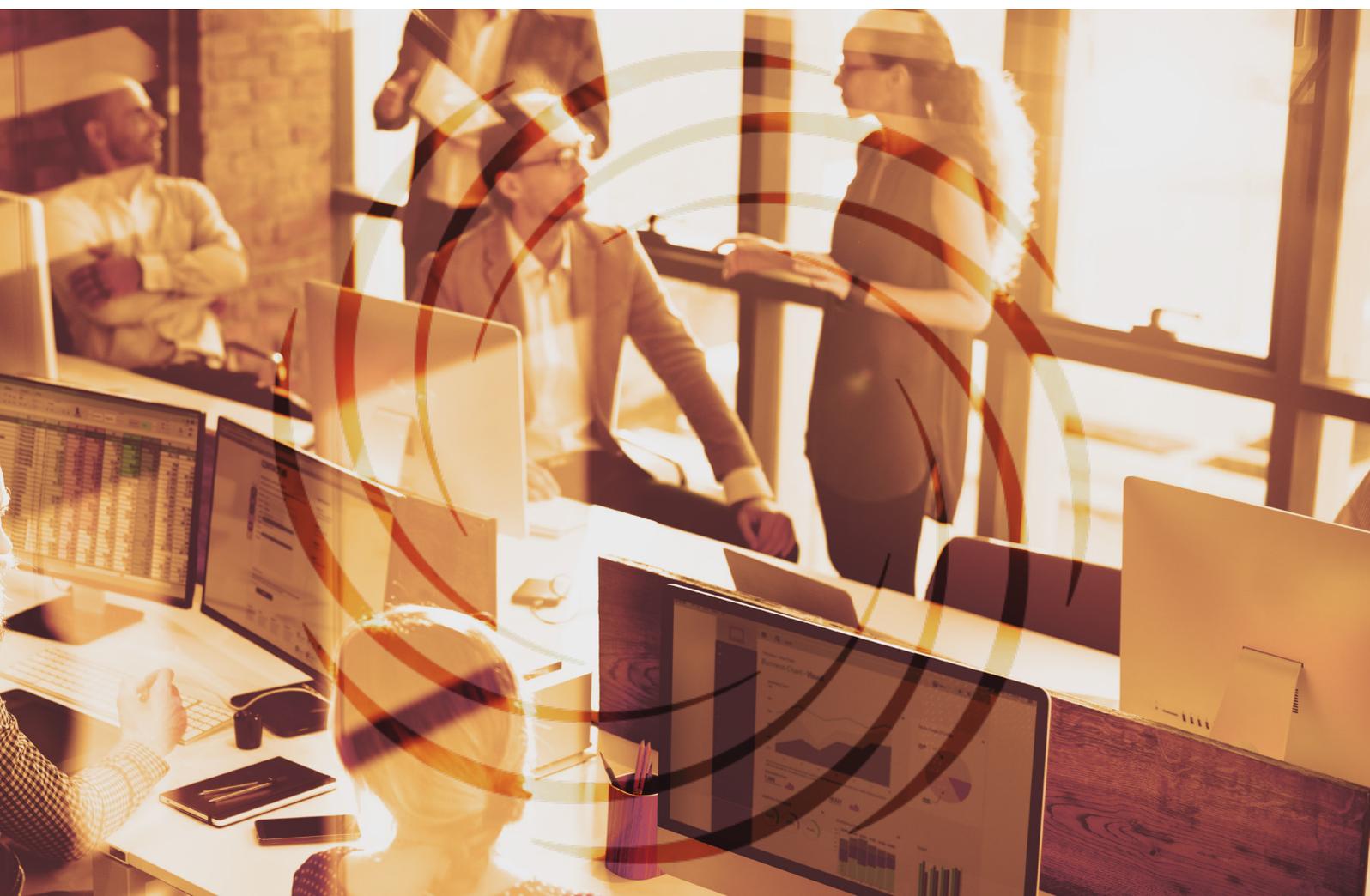
As Assembleias Gerais quanto à sua convocação e funcionamento regem-se pelo disposto nas regras gerais de direito aplicáveis às sociedades anónimas, existindo uma Mesa da Assembleia Geral composta por um Presidente e por um Secretário. O exercício do direito de voto foi mencionado anteriormente. Quanto às deliberações acionistas que só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, na Golden Assets está estatutariamente previsto que a dissolução da sociedade necessita do voto de acionistas que representem mais de dois terços do capital social (na Golden Broker e na Golden Actives não existe este limite estatutário).

Nos termos da lei geral, a Assembleia Geral é dirigida pela Mesa da Assembleia Geral, sendo esta composta pelo Presidente (Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha) e pelo Secretário (Dr. Vasco Alexandre Marques de Freitas).



## 2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para o Conselho de Administração, as três sociedades adotaram uma estrutura de governo de natureza monista, em que o órgão de administração é exclusivamente o Conselho de Administração e que é composto por um Presidente e por vários vogais (um a seis, no caso da Golden Assets e da Golden Actives, ou pelo menos dois no caso da Golden Broker). Os membros do Conselho de Administração são eleitos e substituídos pela Assembleia Geral, de acordo com as normas gerais do Código das Sociedades Comerciais, e com observância do regime especial previsto no RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras) que impõe, nomeadamente, a aprovação prévia dos membros pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros do Conselho de Administração.



Os membros do Conselho de Administração (Presidente e dois vogais, idênticos para as três sociedades), são os que a seguir se identificam, assinalando o respetivo percurso profissional:



*Chief Executive Officer*  
Presidente do Conselho  
de Administração:  
*António Nunes da Silva*

**Formações executivas:**

Harvard Business School, Insead, AESE  
Licenciatura em Economia, FEP

**Desde 2015**

Presidente do Conselho de Administração das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

**Desde 2017**

Administrador não-executivo da SGF- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

**2004-2013 Barclays Bank**

**2013** Head of Distribution Portugal, Espanha, França, Itália e Emirados Árabes Unidos European Retail and Business Bank (EMERBB) | Membro da Comissão Executiva Ibérica

**2012** Chief Sales Officer Iberia (Espanha e Portugal) Membro da Comissão Executiva Ibérica.

**2010-2012** Chief Marketing & Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

**2004-2010** Chief Sales Officer Portugal | Membro da Comissão Executiva Portugal

**2001-2004 Banco Comercial Português**

Diretor

**1991-2001 Banco Pinto & Sottomayor**

**1995-2001** Diretor Comercial e Diretor Regional

**1991-1995** Diretor de Agência



Doutoramento em Gestão, ISEG  
Mestrado em economia Monetária e Financeira, ISEG  
Licenciatura em economia, UP



*Chief Investment Officer*  
Administrador:  
*Sérgio Silva*

**Desde 2000**

Chief Investment Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

**Desde 2007**

Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), onde leciona a disciplina de “Produtos e Mercados de Dívida” do curso de Mestrado em Finanças e a disciplina “Derivados de Taxa de Juro” do curso pós-graduação em Análise Financeira do IDEFE.

**2006**

Bolseiro FCT

**2000-2006**

Professor Auxiliar Convidado, na Universidade Portucalense – Infante D. Henrique (Departamento de Economia),

nas disciplinas de “Mercados Financeiros” (desde 1997), “Econometria” (desde 1999); “Instrumentos Financeiros Derivados” e “Finanças Internacionais” (desde 2004).

**2001-2006**

Professor Adjunto convidado no Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG), na disciplina de “Mercados Financeiros” da licenciatura de gestão, e do módulo “Avaliação de Instrumentos Financeiros” da Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças.

**1999-2003**

Formador do IMC – Instituto do Mercado de Capitais.



*Chief Legal Officer*  
Administrador:  
*João Correia de Matos*

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Porto

**Desde 2013**

Chief Legal Officer e Administrador das empresas Golden Actives, SGPS, S.A., Golden Assets-SGP, S.A. e Golden Broker, S.A.

**2012-2013**

Administrador no Conselho de Administração da PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.

**2005-2013**

Administrador no Conselho de Administração da InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.

**2003-2005**

Vogal da Direção da Opex – Sociedade Gestora de Mercado de Valores Mobiliários, S.A.

**1998-2002**

Presidente e depois Vice-Presidente do Conselho de Administração da Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.: Auditor e depois Vice-Presidente da European Central Securities Depositories Association (2000 a 2002)

**1995-1998**

Vogal do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)

**1988-1995**

Jurista e a partir de final de 1990 Diretor de Operações da Bolsa de Valores do Porto (BVP)

## 2.3. FISCAL ÚNICO

Quanto ao órgão de fiscalização, para as três sociedades, o modelo adotado é de Fiscal Único. A eleição e substituição do Fiscal Único compete à Assembleia Geral, igualmente de acordo com as regras gerais do Código das Sociedades Comerciais, com observância do RGICSF e aprovação prévia pelo Banco de Portugal. Dando cumprimento aos deveres impostos pelo RGICSF, existe uma Comissão de Seleção, Avaliação e Remuneração (CSAR) para os membros dos órgãos sociais, abrangendo os membros, efetivo e suplente, que integram o Fiscal Único.

O Fiscal Único é a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Nuno Miguel Barros Martins Damas, como Fiscal Único Efetivo e de Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha como Fiscal Único Suplente.

## 2.4. COMISSÕES/COMITÉS

As Comissões/Comités existentes resultam de deliberação aprovada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

### 2.4.1 COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

Na Golden Assets e na Golden Broker, existe a Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações (“CSAR”), a qual faz parte do documento “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais” aprovada pelas respetivas Assembleias Gerais em março de 2015. Os membros dos órgãos sociais abrangidos pela CSAR são os Administradores e Fiscal Único, bem como, para os titulares de funções essenciais, o responsável do Compliance e do controlo de risco. Atualmente, a CSAR é composta por 3 acionistas, e o seu modo de funcionamento está descrito no documento anteriormente mencionado, sendo as reuniões formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Este



documento é divulgado em cada Relatório de Gestão anual, podendo ser consultado diretamente através do site na internet de cada empresa. A primeira intervenção da CSAR ocorreu com a eleição da PKF para Fiscal Único.

### A CSAR tem as seguintes competências:

- a) Proceder à seleção e avaliação previstas na “Política Interna de Seleção, Avaliação da Adequação e de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais”;
- b) Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do documento anterior;
- c) Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da empresa;

**d)** Auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da empresa.

#### **2.4.2. COMITÉ DE RISCOS GLOBAIS**

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comitê de Riscos Globais, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comitê de Investimentos, num total de 12 elementos, é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração, integrando ainda os dois Administradores executivos, e oito responsáveis das várias áreas das empresas (Diretor Coordenador Comercial, Responsável AGF, Responsável AGC, Responsável AM, Responsável Golden Broker, Responsável Compliance, Responsável Finanças e Controle, Responsável Operações, e Responsável IT). O Comitê de Riscos Globais foi constituído em finais de 2017, tendo havido uma reunião, da qual é elaborada e assinada ata.

##### **O Comitê de Riscos Globais tem as seguintes competências:**

**a)** Aconselhar o CA sobre a apetência para o risco e a estratégia de risco e políticas relativas à assunção, gestão e, controlo, cobertura e fatores de redução de risco, genéricas atuais e futuras do Grupo Golden.

**b)** Estudar e recomendar ao CA, para sua aprovação, a Apetência Global pelo Risco do Grupo e a nível individual a Apetência pelo Risco da Golden Assets e a Apetência pelo Risco da Golden Broker;

**c)** Rever, periodicamente, o perfil de risco do grupo, da Golden Assets e da Golden Broker, assegurando que os perfis se enquadram respetivamente, no Apetite Global de Risco do Grupo e o no respetivo Apetite de Risco individual;

**d)** Monitorizar e avaliar os riscos principais identificados pelo CA;

**e)** Monitorizar e avaliar os processos de Auditoria Interna e de Compliance;

**f)** Assegurar que a supervisão de risco cumpre com as normas legais e regulatórias aplicáveis, bem como as melhores práticas nacionais e internacionais existentes.

#### **2.4.3 COMITÉ DE INVESTIMENTOS**

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comitê de Investimentos, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comitê de Investimentos, num total de 11 elementos, é presidido pelo Administrador com a supervisão dos Investimentos (CIO - *Chief Investment Officer*) e é composto por mais 8 membros da Golden, sendo um o Administrador com a supervisão do Compliance (CLO - *Chief Legal Officer*) e por 7 responsáveis das várias áreas da empresa; além destes, e com o objetivo de dotar o Comitê com a melhor informação disponível, o Comitê de Investimentos conta ainda com 2 membros externos especialistas em forex e commodities. O Comitê de Investimentos reúne ordinariamente todas as semanas, podendo haver reuniões extraordinárias se as circunstâncias assim o determinarem. Todas as reuniões são formalizadas em atas assinadas pelos presentes. Em 2017, o Comitê de Investimentos realizou 53 reuniões.

##### **O Comitê de Investimentos tem as seguintes competências:**

**a)** Analisar e discutir os dados macro económicos;

**b)** Analisar e discutir a evolução dos mercados;

**c)** Decidir a alocação de ativos (asset allocation), de acordo com as subclasses consideradas na definição dos respetivos benchmarks;

**d)** Validação da materialização do asset allocation nas carteiras-tipo por perfil de risco;

**e)** Comparação do asset allocation com um grupo alargado de empresas de investimento de referência, nacionais e internacionais;

- f) Apreciar e decidir novas ideias de investimento;
- g) Acompanhar as ideias de investimento em curso;
- h) Analisar e decidir novas estratégias de investimento no âmbito da gestão de carteiras;
- i) Analisar as rentabilidades mensais das carteiras-tipo por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- j) Analisar as rentabilidades mensais das estratégias de investimento sob gestão, por perfil de risco, incluindo a comparação com os respetivos benchmark e concorrência;
- l) Definição dos temas a abordar no âmbito da atividade de aconselhamento financeiro;
- m) Apreciar outros assuntos que sejam propostos pelo Conselho de Administração.

#### 2.4.4 COMITÉ DE CLIENTE

Na Golden Assets e na Golden Broker existe o Comité de Cliente, que é um órgão interno criado por deliberação do Conselho de Administração. As competências, modo de funcionamento e composição estão definidos em documento próprio denominado “Termos de Referência”. O Comité de Cliente é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração e é composto por mais 4 membros, todos responsáveis de áreas da empresa. O Comité de Investimentos reúne ordinariamente com periodicidade mensal, sendo elaboradas e assinadas atas das reuniões.

##### **O Comité de Cliente tem as seguintes competências:**

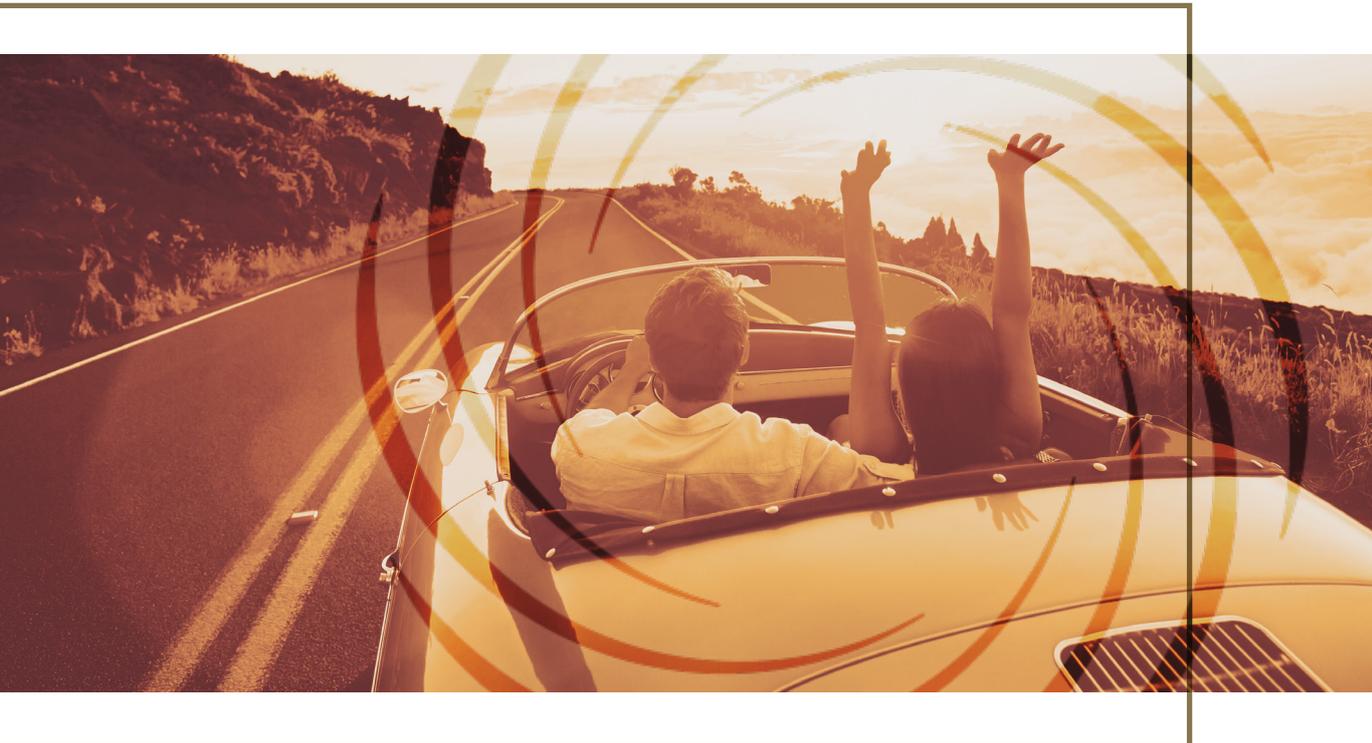
- a) Acompanhamento do perfil de clientes;
- b) Avaliação da satisfação dos clientes;
- c) Acompanhamento da prestação dos serviços;
- d) Definição de planos de ação.

### 3. COMPLIANCE, PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

As matérias relativas ao Compliance e à Prevenção do Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo são de importância fundamental, em especial para as entidades que atuam no setor financeiro. **Neste âmbito, a Golden Assets e a Golden Broker cumprem com os seguintes procedimentos:**

- a) Existe um Regulamento Interno, aplicável a todos os membros dos órgãos sociais e colaboradores, que define nomeadamente regras de conduta, diligência profissional, confidencialidade, prevenção de conflitos de interesse, prevenção de operações de branqueamento de capital, organização interna (abrangendo a indicação de Responsável pelo Sistema de Controlo de Cumprimento (Compliance), e a criação de um Sistema de Controlo Interno) e o tratamento das reclamações de clientes.
- b) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um Relatório de Controlo Interno, onde nomeadamente se descreve a estratégia de negócios prosseguida, a organização interna com indicação das áreas funcionais, unidades de estrutura relevantes e respetivos responsáveis, medidas tomadas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências detetadas, bem como a gestão de risco implementada inerente às atividades de gestão de carteiras.
- c) É elaborado anualmente e enviado para as entidades reguladoras, um relatório específico sobre o sistema de controlo interno para a prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.
- d) É elaborado anualmente e enviado as entidades reguladoras, um questionário de auto-avaliação em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

## 4. ATIVIDADE



A atividade da Golden Broker teve um comportamento positivo durante o ano de 2017 com um crescimento dos valores sob gestão e custódia de 187 % que se refletiu num aumento de 14% do produto bancário.

O resultado líquido foi positivo em 15.323€ o que, não tendo havido alterações no capital social, implica um resultado por ação de 0,22€.

Saliente-se que a Golden Broker continua a exibir uma estrutura financeira sólida, terminando o ano de 2017 com um ratio de fundos próprios totais de 17,51%, superior ao mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

Nos termos da regulamentação aplicável, à data de 31 de dezembro de 2017 os requisitos de fundos próprios mínimos da Golden Broker eram de 397.759€, sendo que o nível de fundos próprios apurados foi de 870.721€, o que implica um excesso de fundos próprios de 472.962€.

Finalmente, no que concerne o compliance e controlo de risco, a Sociedade manteve a sua postura de prudência e de gestão adequada de riscos, com especial destaque para a intransigente salvaguarda do património dos clientes, através do cumprimento pontual da regra da segregação patrimonial. Conexa com a atividade de compliance e com a formação contínua e atualizada dos colaboradores, refira-se que em 2017 a sociedade promoveu diversas ações de formação interna sobre a prevenção do BC-FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo).

**Acreditamos que a nova marca Golden Wealth Management trará não só uma comunicação mais clara dos serviços prestados pela Golden, mas também uma proposta de valor mais agregadora para os clientes.** O ano de 2018 será o ano da consolidação da nova marca, com um posicionamento mais claro e uma estratégia de comunicação que aproxime o cliente e o mercado à oferta da Golden.

## 5. ORGÃOS SOCIAIS

A Golden Broker tem como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso (2016/2017), a única alteração foi a relativa ao Fiscal Único, tendo sido eleita, em substituição da anterior sociedade, a PKF & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Luís Miguel Barros Martins Damas, como Fiscal Único Efetivo e de Tiago Licínio da Costa Romeiro da Rocha como Fiscal Único Suplente, e que iniciou a sua atividade em abril de 2017.

## 6. PERSPETIVAS

O ano de 2018 deverá ser um ano de consolidação no crescimento, num ambiente mais exigente, sendo que a Golden Broker deverá procurar fortalecer os seus resultados, bem como o controlo dos seus custos operacionais. Finalmente, a Golden Broker mantém-se empenhada em garantir que a sua solidez financeira continuará a apresentar um ratio de fundos próprios totais superior aos valores mínimos exigidos pela lei. Acreditamos que a nova marca Golden Wealth Management trará não só uma comunicação mais clara dos serviços prestados pela Golden, mas também uma proposta de valor mais agregadora para os clientes.

O ano de 2018 será o ano da consolidação da nova marca, com um posicionamento mais claro e uma estratégia de comunicação que aproxime o cliente e o mercado à oferta da Golden.

## 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe a transferência do resultado líquido positivo, no montante de 15.323 € da seguinte forma: Reserva legal (10%) 1.532€ | Resultados transitados 13.791€.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

- › **Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,**
- › **Às instituições financeiras que nos apoiaram,**
- › **Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,**
- › **A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuiram para o desenvolvimento da atividade,**
- › **Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.**

Porto, 15 de fevereiro de 2018  
O Conselho de Administração

**António José Nunes da Silva**  
Presidente

**João Carlos de Magalhães Correia de Matos**  
Vogal

**Sérgio Ferreira da Silva**  
Vogal

## 9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GOLDEN BROKER – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

### ➤ BALANÇO EM BASE INDIVIDUAL (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em euros)

Ativo	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Ano anterior (31-12-2016)
		1	2	3=1-2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		319		319	330
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	21.844.300		21.844.300	30.525.704
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	28.139		28.139	27.050
Aplicações em instituições de crédito	3	250.000		250.000	600.000
Outros ativos tangíveis	5	530.625	467.311	63.314	84.222
Ativos intangíveis	5	99.198	99.198	0	0
Outros ativos	7	<b>2.302.434</b>	<b>566.509</b>	<b>2.302.434</b>	<b>2.407.792</b>
<b>Total de Ativo</b>					
Passivo	Notas			31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Passivos por impostos correntes	6			10.733	10.799
Passivos por impostos subordinados	7			100.918	101.060
Outros passivos	8			23.589.635	32.762.430
<b>Total de Passivo</b>				<b>23.701.286</b>	<b>32.874.289</b>
Capital					
Capital	8			350.000	350.000
Outros instrumentos de capital	10			50.000	50.000
Reservas de reavaliação	11			1.177	(28.962)
Outras reservas e resultados transitados	11			370.721	448.599
Resultado do exercício				15.323	(48.829)
<b>Total de Capital</b>				<b>787.221</b>	<b>770.808</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>				<b>24.488.507</b>	<b>33.645.097</b>
Rubricas Extrapatrimoniais	Notas			31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Responsabilidade potencial para com o S.I.I.	24			31.194	
Depósito e guarda de valores	24			201.832.097	69.175.845
Valores administrados pela instituição	24			1.702.207	1.844.565

O Conselho de Administração  
O Contabilista Certificado

### ➤ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Juros e rendimentos similares	12	277.082	186.203
Juros e encargos similares	12	(8.729)	(8.028)
<b>Margem financeira</b>		<b>268.353</b>	<b>178.175</b>
Rendimentos de serviços e comissões	13	1.833.927	1.920.035
Encargos com serviços e comissões	14	(780.211)	(860.802)
Resultados de reavaliação cambial	15	974	(940)
Outros resultados de exploração	16	(56.051)	(126.147)
<b>Produto bancário</b>		<b>1.266.993</b>	<b>1.110.321</b>
Gastos com o pessoal	17 e 18	(645.938)	(573.918)
Gastos gerais e administrativos	19	(568.914)	(547.152)
Amortizações do exercício	5	(26.084)	(27.282)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>26.056</b>	<b>(38.030)</b>
Impostos correntes	6	(10.733)	(10.799)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>15.323</b>	<b>(48.829)</b>
Resultado por ação			
Básico	21	0,22	(0,70)
Diluído	21	0,22	(0,70)

O Conselho de Administração  
O Contabilista Certificado

> **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(valores expressos em euros)

	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Resultado líquido do exercício		15.323	(48.829)
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		1.090	739
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>16.413</b>	<b>(48.090)</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral

O Conselho de Administração  
O Contabilista Certificado

> **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(valores expressos em euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de Janeiro de 2016		350.000	50.000	(28.223)	447.873	727	820.378
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	(739)	-	-	(739)
<b>Aplicação do resultado do exercício de 2015:</b>							
Transferência para reservas e resultados transitados		-	-	-	727	(727)	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016		-	-	-	-	(48.829)	(48.829)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>350.000</b>	<b>50.000</b>	<b>(28.962)</b>	<b>448.599</b>	<b>48.829</b>	<b>770.808</b>
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	30.139	(29.049)	-	1.090
<b>Aplicação do resultado do exercício de 2016:</b>							
Transferência para reservas e resultados transitados	11	-	-	-	(48.829)	48.829	-
Resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017		-	-	-	-	15.323	15.323
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>		<b>350.000</b>	<b>50.000</b>	<b>1.177</b>	<b>370.721</b>	<b>15.323</b>	<b>787.221</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração  
O Contabilista Certificado

➤ **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(valores expressos em euros)

<b>Atividades Operacionais</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>Ano anterior (31-12-2016)</b>
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1.986.620	1.885.895
Juros, comissões e encargos similares pagos	(608.201)	(868.831)
Pagamentos ao pessoal	(815.483)	(624.499)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(20.720)	(38.847)
Resultados de reavaliação cambial	(11)	6.475
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(605.635)	(217.885)
<b>Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais</b>	<b>(63.460)</b>	<b>142.308</b>
<b>Diminuições/(aumentos) em</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	963	(1.332)
Aplicações em instituições de crédito	350.000	(25.000)
Outros ativos	7.350	7.380
<b>Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais</b>	<b>358.313</b>	<b>(18.952)</b>
<b>Aumentos/(diminuições) em</b>		
Outros passivos	-	(151.000)
<b>Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais</b>	<b>-</b>	<b>(151.000)</b>
<b>Fluxo das atividades operacionais (1)</b>	<b>294.853</b>	<b>(27.644)</b>
<b>Atividades de Investimento:</b>		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	-	-
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	(5.176)	(3.967)
<b>Fluxo das atividades de investimento (2)</b>	<b>(5.176)</b>	<b>(3.967)</b>
<b>Atividades de Financiamento:</b>		
Distribuição de dividendos	-	-
<b>Fluxo das atividades de financiamento (3)</b>		
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	289.707	(31.611)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	96.780	128.391
<b>Caixa e seus equivalentes no final do exercício</b>	<b>386.457</b>	<b>96.780</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Conselho de Administração  
O Contabilista Certificado

**Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
(montantes expressos em euros)

## 2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	319	330
Disponibilidades em outras instituições de crédito	386.168	96.450
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>386.487</b>	<b>96.780</b>
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	21.458.132	30.429.253
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	250.000	600.000
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>21.708.132</b>	<b>31.029.253</b>

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os montantes de 21.458.132 Euros e 30.429.253 Euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras).

O Conselho de Administração  
O Contabilista Certificado

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## > NOTA INTRODUTÓRIA

A GOLDEN BROKER - SOCIEDADE CORRETORA, S.A. (“GOLDEN BROKER” OU “SOCIEDADE”) foi constituída por escritura pública de 4 de abril de 2003. A Sociedade tem por objeto a receção, transmissão e execução de ordens dos investidores para subscrição ou transação de valores mobiliários, a gestão de carteiras de valores mobiliários pertencentes a terceiros, a consultoria para investimento em valores mobiliários, abertura, movimentação, utilização e controlo das contas de depósito de valores mobiliários titulados e de registo de valores mobiliários escriturais, bem como a prestação de serviços relativos aos direitos inerentes aos mesmos valores, a colocação em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e a prestação de serviços conexos, legalmente consentidos às sociedades financeiras de corretagem. A Sociedade tem a sua sede social na Avenida da Boavista, 2427/29, no Porto.

Nos termos da legislação em vigor, a atividade da Sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

## **1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”) ao abrigo do determinado no Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 1 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

Durante o exercício de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

## **1.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

### **a) Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

#### **i) Ativos financeiros**

##### **i.1) Outro Ativos - Contas a receber**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 7).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

##### **i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro

pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda. ara venda.

## ii) Outros Passivos - Passivos financeiros

Os passivos financeiros detidos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

## b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

### > Anos de vida útil

Obras em imóveis arrendados	10
<b>Equipamento:</b>	
Mobiliário	4 a 8
Máquinas e ferramentas	3 a 4
Equipamento informático	3 a 5
Equipamento de transmissão	4
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5

O património artístico não é objeto de depreciação.

## c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas anuais constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

## d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem contratos de locação financeira. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## e) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

## **f) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira**

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2017.

Os proveitos e custos apurados nas diferenças de moeda são convertidos para Euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

## **g) Comissões**

Os serviços prestados pela Sociedade são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 13).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte da Sociedade qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pela Sociedade são as seguintes:

A Sociedade auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- Valor da transação intermediada;
- Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, a Sociedade auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:

**(i)** componente fixa, anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;

**(ii)** componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

## **h) Rubricas extrapatrimoniais**

### **h.i) Atividade de corretagem**

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se revelada nas demonstrações financeiras da Sociedade.

### **h.ii) Atividade de gestão de património**

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras da Sociedade (Nota 2).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

## **i) Julgamentos e estimativas**

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

## **j) Gestão do Risco Financeiro**

A atividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de

caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

#### **i. Risco de taxa de câmbio**

A Sociedade transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição da Sociedade ao risco de taxa de câmbio advém da faturação efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

#### **ii. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos

em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

#### **iii. Risco de crédito**

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da Sociedade.

#### **k) Impostos**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo ou passivo no balanço, e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existiam situações materialmente relevantes geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

## l) R dito e especializa o de exercícios

### O rédito   reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, a Sociedade reconhece o rédito no momento da efetiva o das transa oes intermediadas;

- na atividade de gestão de patrim nios, a Sociedade reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cáculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especializa o de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas   medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados   medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 7).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avalia o do Conselho de Administra o da Sociedade.

## m) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Sociedade como (i) obriga oes possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da sociedade ou (ii) obriga oes presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não   provável que um fluxo de recursos que afete benefícios econ micos seja necessário para liquidar a obriga o ou a quantia da obriga o não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstra oes financeiras da Sociedade, sendo os mesmos objeto de divulga o, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios econ micos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulga o.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Sociedade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstra oes financeiras da Sociedade mas unicamente objeto de divulga o quando   provável a existência de um benefício econ mico futuro.

## n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informaçoes adicionais sobre condi oes que existiam   data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstra oes financeiras da Sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condi oes que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstra oes financeiras.

## 1.3. ALTERA OES DAS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

No decurso do exercício de 2017 não ocorreram altera oes de políticas contabilísticas face ao exercício anterior.

## 1.4. INFORMA O COMPARATIVA

Os valores apresentados nas demonstra oes financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos relevantes com os valores do exercício de 2016.

## 2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUI OES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica diz respeito a depósitos   ordem junto de institui oes de crédito e tem a seguinte composi o:

	2017	2016
<b>Disponibilidades de Terceiros:</b>		
- em institui�oes de crédito no país	11.903.045	23.911.241
- em institui�oes de crédito no estrangeiro	9.555.087	6.518.012
	<b>21.458.132</b>	<b>30.429.253</b>
<b>Disponibilidades da Sociedade:</b>		
- em institui�oes de crédito no país	386.168	96.450
- em institui�oes de crédito no estrangeiro	0	0
	386.168	96.450
<b>Disponibilidades em Outras Institui�oes de Crédito</b>	<b>21.844.300</b>	<b>30.525.704</b>

### 3. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica era composta pelas seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

> Aplicações em instituições de crédito no país:	2017	2016
Depósitos a Prazo	250.000	600.000

### 4. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica refere-se a obrigações que podem ser detalhadas como segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2017	Valor de Balanço 31.12.2017	Valor de Balanço 31.12.2016	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro OT's 3,85% 04 2021	25.000	1,00€	112,6%	28.139	27.050	26.963
				<b>28.139</b>	<b>27.050</b>	

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 24).

### 5. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento nos “Outros ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
<b>Ativos tangíveis</b>					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e material	35.597	-	-	-	35.597
Equipamento informático	156.282	5.176	-	-	161.458
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de Ambiente	5.549	-	-	-	5.549
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Património Artístico	192	-	-	-	192
	<b>525.449</b>	<b>5.176</b>	-	-	<b>530.625</b>
	<b>624.647</b>	<b>5.176</b>	-	-	<b>629.823</b>



2017

Amortizações e perdas de imparidade

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	99.198	-	-	-	99.198
<b>Ativos tangíveis</b>					
Obras em imóveis arrendados	218.513	21.118	-	-	239.632
Mobiliário e material	33.952	438	-	-	34.390
Equipamento informático	153.563	3.789	-	-	157.352
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de Ambiente	2.594	739	-	-	3.332
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
	<b>441.227</b>	<b>26.084</b>	-	-	<b>467.311</b>
	<b>540.425</b>	<b>26.084</b>	-	-	<b>566.508</b>

2016

Ativo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	<b>99.198</b>	-	-	-	<b>99.198</b>
<b>Ativos tangíveis</b>					
Obras em imóveis arrendados			-	-	
Mobiliário e material	294.633	-	-	-	294.633
Equipamento informático	33.457	2.141	-	-	35.597
Equipamento de Transmissão	153.369	2.913	-	-	156.282
Equipamento de Ambiente	31.330	-	-	-	31.330
Material de transporte	1.855	3.695	-	-	5.549
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Património Artístico	192	-	-	-	192
	<b>516.701</b>	<b>8.748</b>	-	-	<b>525.449</b>
	<b>615.899</b>	<b>8.748</b>	-	-	<b>624.647</b>

2016

Amortizações e perdas de imparidade

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
<b>Ativos Intangíveis</b>					
Sistemas de tratamento automático de dados	99.198	-	-	-	99.198
	<b>99.198</b>	-	-	-	<b>99.198</b>
<b>Ativos tangíveis</b>					
Obras em imóveis arrendados			-	-	
Mobiliário e material	197.396	21.118	-	-	218.513
Equipamento informático	33.352	600	-	-	33.952
Equipamento de Transmissão	148.737	4.826	-	-	153.563
Equipamento de Ambiente	30.741	-	-	-	30.741
Material de transporte	1.855	739	-	-	2.594
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
	<b>413.945</b>	<b>27.282</b>	-	-	<b>441.227</b>
	<b>513.143</b>	<b>27.282</b>	-	-	<b>540.425</b>

## 6. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Sociedade encontrou-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%.

**A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:**

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		<b>26.056</b>		<b>-38.030</b>
Imposto apurado com base na taxa nominal		1.864		2.809
Tributação autónoma		8.425		7.321
Outros (Derrama)		444		669
Imposto apurado com base na taxa efetiva	41,19%	<b>10.733</b>	-28,40%	<b>10.799</b>
Do qual:				
Imposto corrente		10.733		10.799

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades dominado pela Golden Actives, SGPS, S.A., registando o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica “Passivos por impostos correntes”.

Nos casos em que as sociedades que integram o RETGS contribuem com prejuízos, é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

**Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os passivos por impostos correntes são como se segue:**

	2017	2016
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Estimativa de imposto a pagar do exercício	10.733	10.799
	<b>10.733</b>	<b>10.799</b>

## 7. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como se segue:

	2017	2016
<b>Devedores diversos</b>		
Devedores por operações em derivativos – conta margem	2.187.306	2.187.306
<b>Rendimentos a Receber</b>	<b>16.415</b>	<b>16.415</b>
<b>Despesas com encargos diferidos</b>		
Rendas	8.000	8.000
Outros	8.609	8.609
	16.609	16.609
<b>Contas a regularizar</b>	<b>20.809</b>	<b>20.809</b>
<b>Outros devedores</b>	<b>11.810</b>	<b>11.810</b>
<b>Outros ativos – Setor Público Administrativo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	46.154	46.154
FCT – Fundo Compensação do Trabalho	3.021	3.021
Outros	309	309
	<b>49.484</b>	<b>49.484</b>
	<b>2.302.434</b>	<b>2.302.434</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como se segue:

	2017	2016
<b>Fornecedores e outros credores:</b>		
Credores por operações em derivativos – conta margem	2.187.306	2.297.330
Credores por operações sobre valores mobiliários	21.153.094	30.246.885
Fornecedores	77.931	74.371
	<b>23.418.331</b>	<b>32.618.586</b>
<b>Encargos a pagar:</b>		
Comissões	47.673	16.999
Remunerações	71.938	75.921
Outros custos administrativos	14.852	12.596
	<b>134.463</b>	<b>105.516</b>
<b>Outros passivos – Setor Público Administrativo:</b>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	23.452	16.221
Contribuições para a Segurança Social	13.389	12.187
	<b>36.841</b>	<b>28.408</b>
<b>Outros Credores</b>	<b>0</b>	<b>9.921</b>
	<b>23.589.635</b>	<b>32.762.430</b>

As rubricas “Devedores por operações em derivativos – Conta margem” e “Credores por operações em derivativos – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pela Sociedade, relativamente a operações sobre derivativos ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, a Sociedade exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pela Sociedade aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

## 8. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os passivos subordinados referem-se a um empréstimo, no montante de 100.000 Euros, obtido junto da sociedade Golden Actives, S.G.P.S., S.A. o qual vence juros a taxas de mercado e não tem prazo de reembolso definido. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica inclui ainda 918 Euros e 1.060 Euros, relativos a juros suportados com o empréstimo e ainda não liquidados (Nota 20).

Os recursos obtidos com este empréstimo são considerados para efeitos dos fundos próprios da Sociedade, dentro dos limites previstos nos nºs 6 e 7 do Aviso n.º 12/92, de 22 de dezembro alterado pelo Aviso 2/09 de 18 de setembro de 2009.

## 9. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Sociedade estava representado por 70.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado, sendo o único acionista a Golden Actives, S.G.P.S., S.A.

## 10. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelo acionista da Sociedade, no montante de 50.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

## 11. OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PROPRIO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outras reservas e resultados transitados” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Reserva legal	163.102	162.029
Resultados transitados	207.620	285.570
	<b>370.721</b>	<b>448.599</b>

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

**A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2017 aprovou a aplicação do resultado líquido do exercício de 2016 como segue:**

Resultados transitados	<b>-48.829</b>
------------------------	----------------

A variação registada na rubrica “Reservas de reavaliação de justo valor” no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 diz respeito aos ajustamentos efetuados ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 4).

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

## 12. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

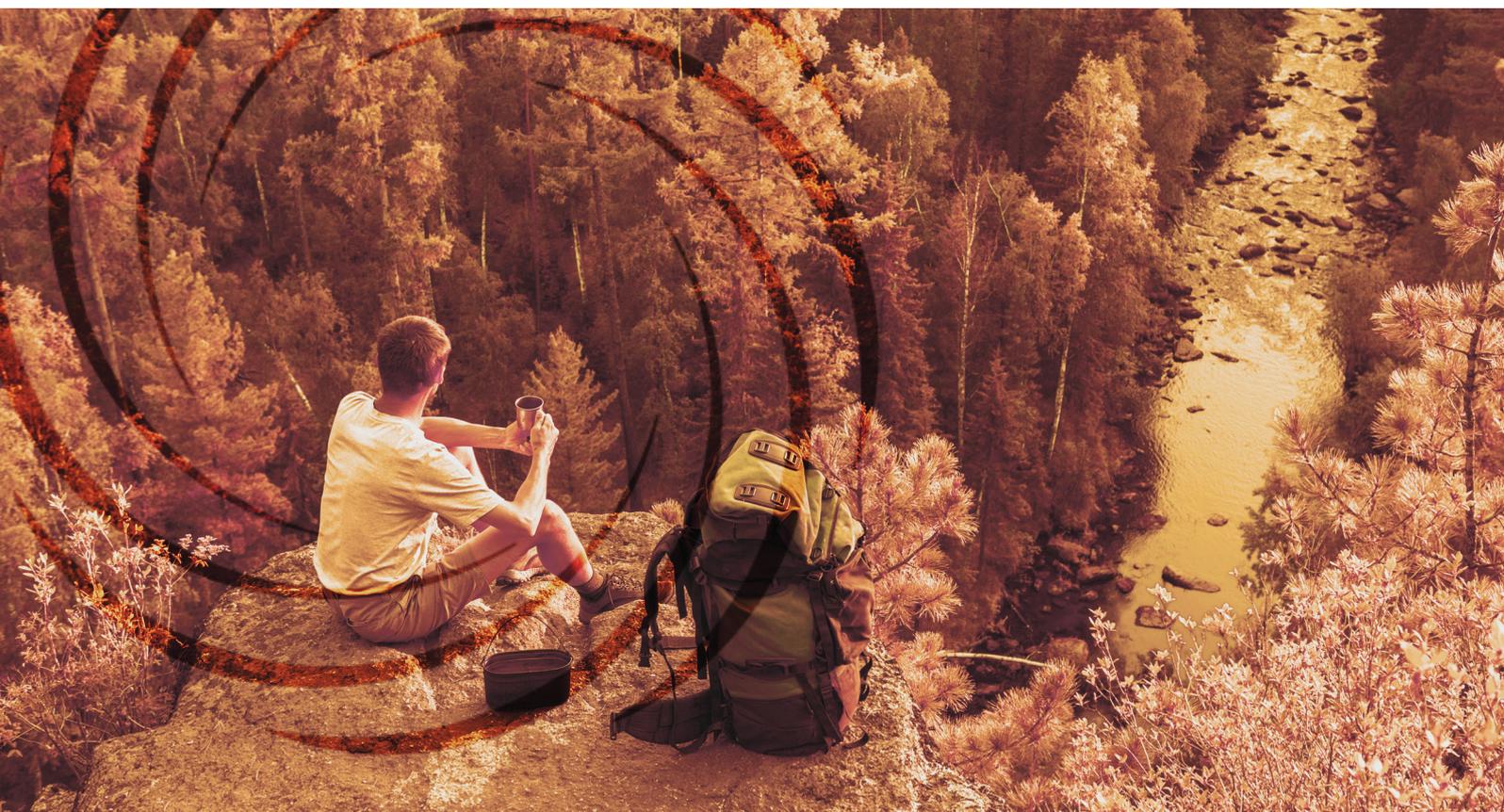
Nos exercícios de 2017, o saldo da rubrica “Juros e Rendimentos” advém essencialmente de aplicações realizadas junto de outras instituições financeiras.

	2017	2016
Juros e rendimentos similares	277.082	186.203
Outros juros e encargos similares	(8.729)	(8.028)
Margem Financeira	<b>268.353</b>	<b>178.175</b>

## 13. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Atividades de corretagem:</b>		
Comissões de corretagem	1.737.258	1.843.905
Outras comissões	4.189	3.000
	<b>1.741.446</b>	<b>1.846.905</b>
<b>Atividades de gestão de ativos:</b>		
Comissões de gestão	23.913	30.125
Depósito/Guarda de valores	36.413	6.770
Comissões de performance	37.155	36.236
Comissões de consultoria	(5.000)	-
	<b>92.481</b>	<b>73.131</b>
	<b>1.833.927</b>	<b>1.920.035</b>



#### 14. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Atividades de corretagem e de gestão de ativos	(741.468)	(830.831)
Serviços bancários	(38.743)	(29.971)
	<b>(780.211)</b>	<b>(860.802)</b>

#### 15. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica estava relacionado com perdas líquidas obtidas com a venda e compra de moeda por conta de clientes e por conta própria, em virtude da ocorrência de pagamentos em moeda estrangeira e da existência de saldos de disponibilidades em moeda estrangeira.

#### 16. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
IVA suportado	(31.296)	(32.508)
Imposto de selo	(4.031)	(10.897)
Outros custos	(30.367)	(116.501)
	<b>(65.695)</b>	<b>(159.906)</b>
Outros ganhos e rendimentos	9.644	33.759
Outros resultados de exploração	<b>(56.051)</b>	<b>(126.147)</b>

#### 17. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 18)	(175.700)	(141.700)
Remunerações dos colaboradores	(350.444)	(317.060)
Encargos sociais obrigatórios	(119.795)	(115.157)
	<b>(645.938)</b>	<b>(573.918)</b>

O quadro de trabalhadores e administradores executivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser resumido como segue:

	2017	2016
Administradores executivos	3	3
Pessoal técnico	13	12
Pessoal administrativo	1	2
	<b>17</b>	<b>17</b>



## 18. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E FISCAL ÚNICO

Nos exercícios de 2017 e 2016, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 175.700 Euros e 141.700 Euros, respetivamente (Nota 17).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser discriminadas como segue:

	2017	2016
António Nunes da Silva	52.500	52.500
João Carlos Magalhães Correia	67.200	41.300
Sérgio Ferreira da Silva	56.000	47.900
	<b>175.700</b>	<b>141.700</b>

O Fiscal Único da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, uma remuneração de 8.000 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e ao longo dos respetivos exercícios, não existiram adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

## 19. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Serviços especializados	(248.028)	(265.120)
Rendas e alugueres	(153.697)	(151.433)
Deslocações e estadas	(122.289)	(81.089)
Comunicações e despesas	(9.796)	(12.995)
Rendas de locação operacional	(4.962)	(12.160)
Publicidade	(1.814)	(80)
Outros	(28.328)	(24.274)
	<b>(568.914)</b>	<b>(547.152)</b>

## 20. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com empresas do Grupo Golden Actives, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	2017		2016	
	Golden Assets	Golden Actives	Golden Assets	Golden Actives
Outros passivos				
Credores por operações sobre valores mobiliários	13.992.366		51.033.108	
Outros passivos subordinados (Nota 8)		100.918		101.060
Outros instrumentos de capital (Nota 10)		50.000		50.000
	<b>13.992.366</b>	<b>150.918</b>	<b>51.033.108</b>	<b>151.060</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

31.12.2016	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Vintageburgo	UPF Finance	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(146.500)								
Custos com cedência de pessoal		(36.000)							
Juros suportados (Nota 8)							(918)		
Comissões suportadas			(31)	(392.333)		(22.912)			(7.528)
Serviços especializados								(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas		242.785							
Rendimentos relativos a cedência de pessoal		6.000							

	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Vintageburgo	UPF Finance	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(150.000)								
Custos com cedência de pessoal		(36.000)							
Juros suportados (Nota 8)							(1.060)		
Comissões suportadas				(441.414)	(2.441)	(33.695)			(2.167)
Serviços especializados								(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas		275.637							
Rendimentos relativos a cedência de pessoal		6.000							

## 21. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	15.323	(48.829)
Número médio ponderado de ações	70.000	70.000
Resultado por ação:		
Básico	0,22	(0,70)
Diluído	0,22	(0,70)

## 22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de fevereiro de 2018. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 23. CONSOLIDAÇÃO

As contas da Sociedade serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Golden Actives - S.G.P.S., S.A

## 24. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Compromissos perante terceiros:</b>		
Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	31.194	28.754
<b>Responsabilidades por prestação de serviços:</b>		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.2.h.i)	201.832.097	69.175.845
Valores administrados pela instituição (Nota 1.2.h.ii)	1.702.207	1.844.565
	<b>203.565.498</b>	<b>71.049.164</b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Sociedade assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2014, ascende a 28.139 Euros (Nota 4).

A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Sociedade, os quais são depositados em diversas instituições bancárias.

**Os ativos geridos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam o seguinte detalhe:**

	2017	2016
Ações	1.175.500	1.205.937
Outros	526.707	638.628
	<b>1.702.207</b>	<b>1.844.565</b>

O Conselho de Administração  
O Contabilista Certificado

## ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade e que efetuaram as transações durante o exercício de 2017 que a seguir se discriminam:

Nome da sociedade em relação de domínio ou de grupo com a Golden Broker	Nº Ações 31/12/2016	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2017	% Participação e direito de voto
Golden Actives – SGPS, S.A.	10.000 ações pela Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 70% por António José Nunes da Silva)	0	0	10.000	10%

Nota: a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e dos Titulares de Funções Essenciais da Golden Broker foi aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2016 e objeto de divulgação no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015, sendo que se mantém em vigor conforme deliberado na Assembleia Geral de 16 de março de 2018 e a seguir se transcreve:

### POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO E DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DA GOLDEN BROKER

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art. 2.º, da Lei 28/2009, de 19 de junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal 10/2011, de 29 de dezembro, é a seguinte a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (Golden Broker).

#### A - GERAL

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Broker tem em vista, entre outros objetivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos.

#### Este alinhamento assenta, entre outros aspetos:

- No equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores executivos, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- Na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Broker;
- No estabelecimento de limites máximos do valor da remuneração variável dos administradores executivos.

Iguais objetivos presidem à fixação da remuneração dos diretores e demais colaboradores da Golden Broker.

No que diz respeito aos responsáveis pelo Compliance e pelo controlo de risco, a sua remuneração tem, no essencial, uma componente fixa, de modo a garantir a necessária independência de atuação, não estando a componente variável dependente dos resultados da Golden Broker.

Por fim, os membros do órgão de fiscalização têm uma remuneração exclusivamente fixa.

O Conselho de Administração da Golden Broker deve atender aos objetivos referidos supra aquando da fixação da política de remuneração dos diretores e demais colaboradores da sociedade.

A política de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único é anualmente aprovada e revista, tendo presentes os objetivos supra e, bem assim, os riscos da atividade e das funções e, ainda, os interesses de longo prazo da sociedade.

## **B- POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA GOLDEN ROKER**

A política de remunerações assente no seguinte conjunto de princípios:

- a)** Clareza, simplicidade e alinhamento com os interesses e a cultura da Sociedade e do Grupo onde se insere;
- b)** Não exposição excessiva a riscos e prevenção de conflitos de interesses;
- c)** Adequação à manutenção de um nível crescentemente reforçado de fundos próprios;
- d)** Prossecução dos interesses dos clientes;
- e)** Competitividade face às práticas de mercado;
- f)** Fixação de limites máximos para a componente variável da remuneração pagável em cada exercício;
- g)** Fixação da componente variável após um processo de avaliação, com dimensão financeira e não financeira;
- h)** Inexistência de acordos tendentes a fixar indemnizações em caso de cessação de funções, aplicando-se o respetivo regime legal.

Tendo presente o acima exposto, a política de remuneração atende a:

### **DESEMPENHO**

As remunerações dos administradores que tenham funções executivas estão diretamente associadas aos níveis de desempenho obtidos:

- Pela sociedade;
- Pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- Pelo seu mérito individual.

---

### **COMPETITIVIDADE**

A Golden Broker procura oferecer aos seus administradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adotar esta política, a Golden Broker tem por objetivo dotar a sua estrutura de administração de elementos com capacidade, experiência e know how capazes de permitir a adequada prossecução dos objetivos da sociedade.

---

### **ESTRATÉGIA**

A remuneração atribuída é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Broker, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

---

### **EQUIDADE**

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

---

### **ALINHAMENTO COM OS ACIONISTAS**

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da sociedade.

---

### **CONTROLO DO RISCO**

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento visa, igualmente, prevenir práticas de gestão que possam acarretar assunção excessiva de risco para a sociedade e, do mesmo passo, visa potenciar a prossecução dos interesses dos clientes.

## C - COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

De acordo com os princípios gerais que foram acima referidos:

- a) A política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo em que a sociedade se insere, as quais atendem às melhores práticas do Mercado;
- b) No âmbito dos membros do Conselho de Administração é efetuada uma primeira e decisiva distinção entre os membros com funções executivas e, caso existam, não executivas;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração;
- d) Os membros do Conselho que exerçam funções executivas estão sujeitos às regras que a seguir se enunciam;
- e) O Presidente e os restantes membros com funções executivas do Conselho são avaliados pela CSAR;
- f) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão da sociedade e o mercado onde se insere;
- g) A componente variável dos membros executivos da administração tem como limite máximo de 50% do valor anual da remuneração fixa.

### REMUNERAÇÃO FIXA

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação do desempenho e as referências do mercado, tendo presentes as dimensões e a natureza da Golden Assets;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores é fixada anualmente pela CSAR ou, não estando esta constituída ou apta a deliberar, pela Assembleia Geral.

---

### REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

- a) A remuneração comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, paga no mês de abril do ano subsequente ao da respetiva avaliação;
- b) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos definidos anualmente para toda a estrutura do Grupo onde se integra a sociedade;
- c) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- d) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano entre 0% e 50% do valor da Remuneração Fixa anual;
- e) A Remuneração Variável pode traduzir-se em participação nos lucros da sociedade ou no pagamento de prémio de desempenho;
- f) Tendo presente os critérios de cálculo e pagamento (em especial, o limite máximo estabelecido) não se antevê como necessário, de antemão, estabelecer diferimento no pagamento da Remuneração Variável.

---

### BENEFÍCIOS

Os administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde à semelhança do que sucede com os demais colaboradores da sociedade.



## D - ASPETOS COMPLEMENTARES

Atento o disposto no n.º 5 do art. 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não existem quaisquer seguros de remuneração ou outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração. Os montantes pagos aos administradores em 2014, por outras sociedades que estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade, totalizaram um valor global de 156.372 euros.

## COMISSÃO DE SELEÇÃO, AVALIAÇÃO E REMUNERAÇÕES

- 1.** A CSAR é composta por 3 membros designados pela Assembleia Geral (um deles exercendo funções de Presidente), podendo ser ou não acionistas, escolhidos tendo em atenção o seu conhecimento especializado na área de intervenção da Comissão de Seleção, Avaliação e Remunerações.
- 2.** Pelo menos, um dos membros da CSAR deverá reunir os requisitos seguintes:
  - 2.1. Não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade;
  - 2.2. Não se encontrar em nenhuma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.
- 3.** O Presidente poderá convidar uma pessoa terceira para exercer as funções de Secretário da CSAR, a quem competirá a elaboração das atas e arquivo da documentação.
- 4.** Compete à CSAR:
  - 4.1. Proceder à seleção e avaliação previstas no Capítulo I;
  - 4.2. Proceder à fixação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tendo presente a política constante do Capítulo II,
  - 4.3. Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração e/ou a Assembleia Geral no preenchimento das vagas ocorridas nos órgãos sociais e/ou na chefia das áreas essenciais da Golden Broker;
  - 4.4. Auxiliar o CA no processo de avaliação e de fixação das remunerações dos responsáveis das áreas essenciais da Golden Broker.
- 5.** A CSAR reunirá sempre que for convocada pelo respetivo Presidente ou por dois dos seus membros, e, nomeadamente, sempre que tenha que se pronunciar sobre as questões da sua competência, indicadas no n.º 3 deste Capítulo.
- 6.** As reuniões da CSAR deverão ser convocadas com sete dias de antecedência, com indicação dos assuntos a tratar.
- 7.** Cada membro da CSAR tem direito a um voto, tendo o Presidente voto de qualidade.
- 8.** Das reuniões da CSAR serão elaboradas pelo Presidente ou, se existir, pelo Secretário, atas sucintas contendo as principais questões abordadas e as conclusões retiradas, que serão assinadas pelos membros presentes nas respetivas reuniões.



CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS CONTAS  
*Golden Broker*

## Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da “**Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.**” e procedemos às verificações que julgámos convenientes relativas ao exercício de 2017, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhámos a atividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
  - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativas ao exercício de 2017;
  - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 15 de fevereiro de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por  
Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20170936)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt  
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º Piso, Letras H e O | 1050 - 094  
Lisboa – Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20171462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 24.488.507 euros e um total de capital próprio de 787.221 euros, incluindo um resultado líquido 15.323 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p><b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b> (Notas 1.2.g) e 13 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.833.927 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e calculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes;</li> <li>- o recalculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período;</li> <li>- a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e</li> <li>- uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.</li> </ul>
<p><b>Salvaguarda dos bens de clientes</b> (Notas 1.2.h) e 24 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 203.534.304 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes;</li> <li>- a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e</li> <li>- a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.</li> </ul>

### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.** pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 15 de fevereiro de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Luís Miguel Damas (ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)



[www.goldenwm.pt](http://www.goldenwm.pt)